

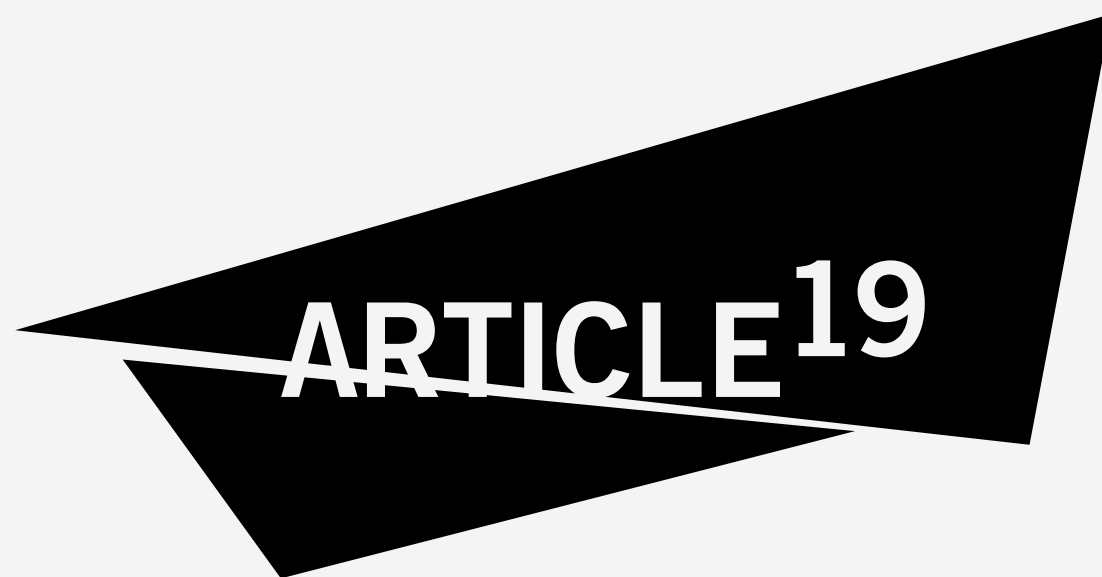
DANDO

visibilidade

ao que é invisível

Diretriz 1.

Um guia sobre a abordagem interseccional de gênero para monitorar e documentar os ataques realizados contra jornalistas e comunicadoras



ARTIGO 19

T: +44 20 7324 2500

F: +44 20 7490 0566

E: info@article19.org

W: www.article19.org

Tw: [@article19org](https://twitter.com/article19org)

Fb: facebook.com/article19org



Em colaboração com o Governo do Canadá



Esta publicação é total ou parcialmente financiada pelo governo sueco. O governo sueco não necessariamente compartilha das opiniões aqui expressas. A ARTIGO 19 é a única responsável pelo conteúdo.

ARTIGO 19, 2021

Este projeto foi criado segundo a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0.

Você pode copiar, distribuir e exibir nosso trabalho, assim como criar obras derivadas, contanto que:

- 1) dê o devido crédito à ARTIGO 19;
- 2) não use este trabalho para fins comerciais;
- 3) distribua qualquer obra derivada desta publicação segundo uma licença idêntica à que estamos usando.

Para conferir as especificações jurídicas completas da licença em questão, acesse:

<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/legalcode>

A ARTIGO 19 gostaria de receber uma cópia de qualquer material no qual as informações deste relatório sejam usadas. Esta diretriz foi desenvolvida com o apoio da Global Affairs Canada e da Agência Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento da Suécia. A ARTIGO 19 assume responsabilidade plena pelas informações contidas no documento.

Agradecimentos

Agradecemos especiais à Amalia Toledo (consultora autônoma e ativista feminista de Porto Rico) e à Paz Peña (consultora autônoma e ativista feminista do Chile), que foram as autoras destas diretrizes – em um processo colaborativo de consulta com as equipes de proteção da ARTIGO 19 e com as contribuições valiosas das especialistas em gênero Serene Lim (ativista feminista da Malásia) e Jane Godia (Diretora da WAN-IFRA | Women In News na região da África).

Também agradecemos a todos os colegas e a todas as colegas da ARTIGO 19 que dedicaram seu tempo para contribuir com estes materiais, principalmente quem trabalha em prol da proteção de jornalistas e agentes de defesa dos direitos humanos nos escritórios internacionais e regionais da ARTIGO 19. Sem sua ajuda, teria sido impossível criar estas diretrizes.

Índice

Agradecimentos	3	Definição do propósito	16
Índice	4	Verbas	16
Lista de imagens e tabelas	5	A busca pelos casos	16
Nossas diretrizes	6	Planejamento da pesquisa	17
O que é uma abordagem interseccional de gênero?	6	Como entrevistar as vítimas/sobreviventes	17
Como criamos nossas diretrizes	7	O contato com as vítimas/sobreviventes	17
Escopo das diretrizes	7	A seleção da pessoa responsável pela entrevista (ou documentação)	17
Um documento em constante transformação	7	A entrevista	18
Por que é importante transformar uma abordagem interseccional de gênero em regra ao documentar os ataques realizados contra jornalistas e comunicadoras?	8	Como entrevistar as vítimas/sobreviventes	18
O que é um monitoramento e uma documentação interseccionais de gênero?	11	A entrevista de outras fontes	19
Arcabouço ético	12	Após a entrevista	21
Cuidados coletivos e autocuidado para quem monitora e documenta os ataques	13	Como confirmar os casos de agressão	21
Fases do monitoramento e da documentação	15	Avaliação de riscos	21
		Ações de incidência	21
		Suporte e acompanhamento	22

Lista de imagens e tabelas

Imagens

Imagem 1	Desigualdades interseccionais	6
Imagem 2	Por que é importante ter uma abordagem interseccional de gênero?	8
Imagem 3	Como transformar uma abordagem interseccional de gênero em regra	9
Imagem 4	Monitoramento e documentação	15

Tabelas

Tabela 1	Métodos utilizados atualmente pela ARTIGO 19 para encontrar casos que devam ser monitorados e documentados	17
-----------------	--	--------------------

Nossas diretrizes

Este é o primeiro documento de uma série de três diretrizes práticas que contêm recomendações para a análise de uma abordagem interseccional de gênero ao:

- **monitorar e documentar os ataques realizados contra jornalistas¹ e comunicadoras² (esta diretriz);**
- **atuar em casos emblemáticos de incidência (Diretriz 2); e**
- **organizar cursos de proteção (Diretriz 3).**

Essas três diretrizes foram criadas para serem lidas em conjunto ou como documentos independentes. Sua finalidade é abordar uma ampla gama de necessidades: desde iniciantes que estejam começando a atuar no campo, até pessoas mais experientes que queiram lapidar ainda mais seu conhecimento e sua expertise. Essas diretrizes foram escritas para fortalecer as práticas da ARTIGO 19, mas estamos disponibilizando-as ao público porque acreditamos que elas possam ser úteis para outras organizações.

A equipe da ARTIGO 19 deve ler as diretrizes de forma conjunta ou complementar a estes dois documentos da ARTIGO 19, que estão disponíveis na nossa Wiki interna:

1. [Diretrizes para a pesquisa de casos, incidentes e problemas](#)
2. [Diretrizes preliminares: como usar casos emblemáticos nas campanhas](#)

O que é uma abordagem interseccional de gênero?

Este guia começa com o **gênero** no cerne da conversa, analisando a opressão sistêmica resultante da construção social dos significados de "feminilidade" e "masculinidade".

Porém, aos olhos da ARTIGO 19, uma abordagem de gênero também será interseccional por natureza. O gênero faz parte de vários sistemas de opressão social incluídos no universo da interseccionalidade (consulte a [imagem 1](#)), que considera pessoas que se identificam como mulheres, homens e pessoas não binárias.



Imagem 1: Desigualdades interseccionais

¹ A ARTIGO 19 usa uma definição funcional do que são jornalistas segundo o Comentário Geral 34 do Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas: "O jornalismo é uma função compartilhada por uma gama de agentes, incluindo repórteres e analistas profissionais de atuação em tempo integral, assim como blogueiros, blogueiras e outras pessoas que realizem outros tipos de publicações independentes por escrito, na internet ou em outros meios".

² A ARTIGO 19 usa "mulheres" e "homens" para se referir a todos aqueles que se identificam como tal.

Conforme vimos na experiência e prática da ARTIGO 19, as pessoas também enfrentam várias discriminações simultâneas com base em sua raça, etnia, idade, orientação sexual, características relacionadas ao sexo, identidade/expressão de gênero, religião, entre outros fatores. Dessa forma, é necessário adotar uma análise interseccional para compreendermos como outras categorias sociais influenciam – e, por consequência, agravam – a violação do direito à liberdade de expressão de jornalistas e comunicadoras.

Para refletir isso, nossas diretrizes mencionarão uma abordagem interseccional de gênero. Esta abordagem começa pelo fato de que as diferenças existentes entre os papéis desempenhados pelas mulheres e pelos homens³ – pensando em seu status relativo na sociedade e na distribuição dos recursos, oportunidades, restrições e poder em cada situação – não podem ser analisados de forma isolada. Em vez disso, essas diferenças devem ser inseridas em um arcabouço sistêmico de desigualdades interseccionais (consulte a [imagem 1](#)), existindo ao mesmo tempo que a discriminação de gênero e outros tipos de discriminação.

Como criamos nossas diretrizes

As autoras destas diretrizes conduziram uma pesquisa qualitativa com base em entrevistas realizadas com a equipe da ARTIGO 19 no mundo inteiro e com especialistas externos em gênero usando um questionário de perguntas semiabertas. Elas também realizaram uma recapitulação da literatura especializada e da documentação da ARTIGO 19. A partir daí, fizeram um mapeamento, sistematização e análise dessas informações, identificando as práticas, experiências e lacunas (ou dúvidas) existentes nos escritórios da ARTIGO 19 no mundo inteiro. Tudo isso foi usado como base para o desenvolvimento destas diretrizes.

³ Na ARTIGO 19 usamos as palavras "mulher" e "homem" para nos referirmos a todas as pessoas que se identificam dessa forma.

Escopo das diretrizes

Nossas diretrizes se referem à segurança e proteção de jornalistas e comunicadoras, com as quais podemos lidar por meio do monitoramento e da documentação dos ataques enfrentados, da capacitação para que cada pessoa consiga se proteger e da conscientização com relação ao problema em âmbito nacional e internacional. Embora várias recomendações destas diretrizes também possam ser aplicáveis às defensoras e aos defensores dos direitos humanos, elas foram projetadas principalmente a partir da experiência e do conhecimento da equipe da ARTIGO 19 com relação a jornalistas e comunicadoras. Sendo assim, recomendamos cautela antes de aplicar essas informações automaticamente a qualquer caso com defensoras e defensores dos direitos humanos.

Um documento em constante transformação

Nossas diretrizes, assim como as recomendações incluídas nelas, não têm o objetivo de funcionarem como prescrições ou de abarcarem todos os contextos possíveis. Na hora de usá-las, será importante adaptá-las para as necessidades e realidades de cada usuário. Seu objetivo é oferecer recomendações gerais de como transformar uma abordagem interseccional de gênero em regramento contexto do trabalho existente de uma organização, sem definir metodologias específicas de como documentar, defender ou capacitar jornalistas.

Sendo assim, as diretrizes podem ser consideradas documentos em constante transformação. Elas mudarão – para melhor, de preferência – com o passar do tempo e o acúmulo da experiência.



Por que é importante transformar uma abordagem interseccional de gênero em regra ao documentar os ataques realizados contra jornalistas e comunicadoras?

Por que é importante transformar uma abordagem interseccional de gênero em regra ao documentar os ataques realizados contra jornalistas e comunicadoras?

Para **compreender mais a fundo os riscos** que jornalistas e profissionais da comunicação social enfrentam em toda sua diversidade.

Dar visibilidade às agressões naturalizadas, principalmente as que afetam a liberdade de expressão de jornalistas e profissionais da comunicação social em toda sua diversidade.

Destacar como a **liberdade de expressão está conectada a outros direitos dos grupos** sujeitos às opressões interseccionais, assim como protegê-los.

Evitar a reprodução de relacionamentos opressivos que tenham sido reproduzidos durante muitos anos – inclusive por organizações da sociedade civil.

Imagem 2: Por que é importante partir de uma abordagem interseccional de gênero?

Monitorar e documentar os ataques realizados contra o direito à liberdade de expressão de jornalistas e comunicadoras é essencial por pelo menos três motivos:

- Isso melhora nossa compreensão a respeito da situação dos direitos humanos em um contexto, região, território ou país;
- Serve como base para decisões de análise de riscos a fim de oferecer proteção e acompanhamento de mais qualidade para as vítimas/sobreviventes; e
- É essencial para uma incidência com base em evidências.

Afinal de contas, o monitoramento e a documentação são instrumentos usados para proteger a liberdade de expressão. Entretanto, os ataques realizados contra esse direito costumam ter intersecções com outros sistemas de discriminação e opressão que são invisíveis e deslegitimados. Esses sistemas – que podem ser institucionais, sociais ou políticos – são oriundos de desigualdades interseccionais (consulte a [imagem 1](#)) que afetam indivíduos ou grupos.

Para fins deste guia, **transformar uma abordagem interseccional de gênero em regra** significa identificar as intersecções desses sistemas de discriminação e desigualdade dentro da pauta mais ampla da segurança de jornalistas – principalmente mulheres – quando jornalistas e comunicadores são atacados por exercer seu direito à liberdade de expressão e informação. Essa abordagem oferece as seguintes vantagens:

- Uma lente para observarmos como as diferentes formas de desigualdades interseccionais (consulte a [imagem 1](#)) têm um impacto na liberdade de expressão de jornalistas e comunicadores;
- Ajuda na identificação de barreiras estruturais e práticas discriminatórias que impeçam certos grupos e indivíduos de exercer sua liberdade de expressão;
- Visibilidade a abusos que, por passarem batido ou por serem despriorizados, criam um risco maior ou menor de possível impacto para jornalistas e comunicadoras em um determinado contexto, a depender das opressões interseccionais vivenciadas por cada pessoa;
- Possibilidade de usarmos um [arcabouço ético](#) ao coletar informações, gerando um ambiente seguro, sensível e confiável para o registro dessas experiências;
- Contribuição com a promoção de medidas de proteção, reparação e retificação customizadas para as necessidades e realidades específicas da vítima/sobrevivente, o que reduz o risco de mais sofrimento para ela;
- Prevenção ou minimização das dinâmicas de poder potencialmente desiguais existentes entre quem estiver realizando a documentação e quem estiver tendo sua experiência documentada; e
- Consideração das vítimas/sobreviventes como indivíduos protagonistas da própria vida.

Um compromisso de base da ARTIGO 19 é defender e promover o direito à liberdade de expressão de jornalistas e profissionais da comunicação social, em toda sua diversidade, para que possam atuar com liberdade e sem interferências – incluindo as que são impostas pelas normas de gênero e pela discriminação.

Para conseguirmos isso, é essencial transformarmos uma abordagem interseccional de gênero na norma em três áreas:

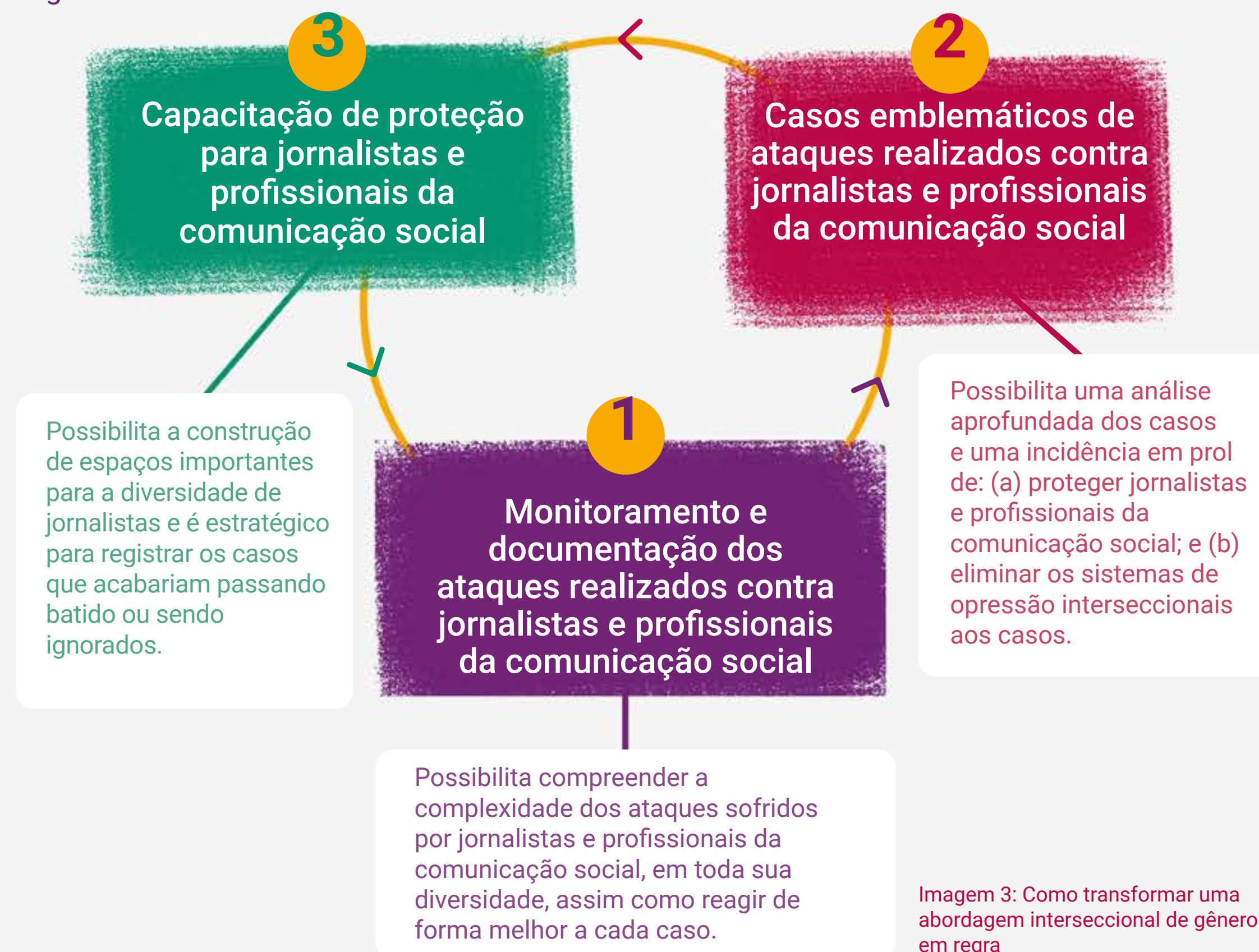
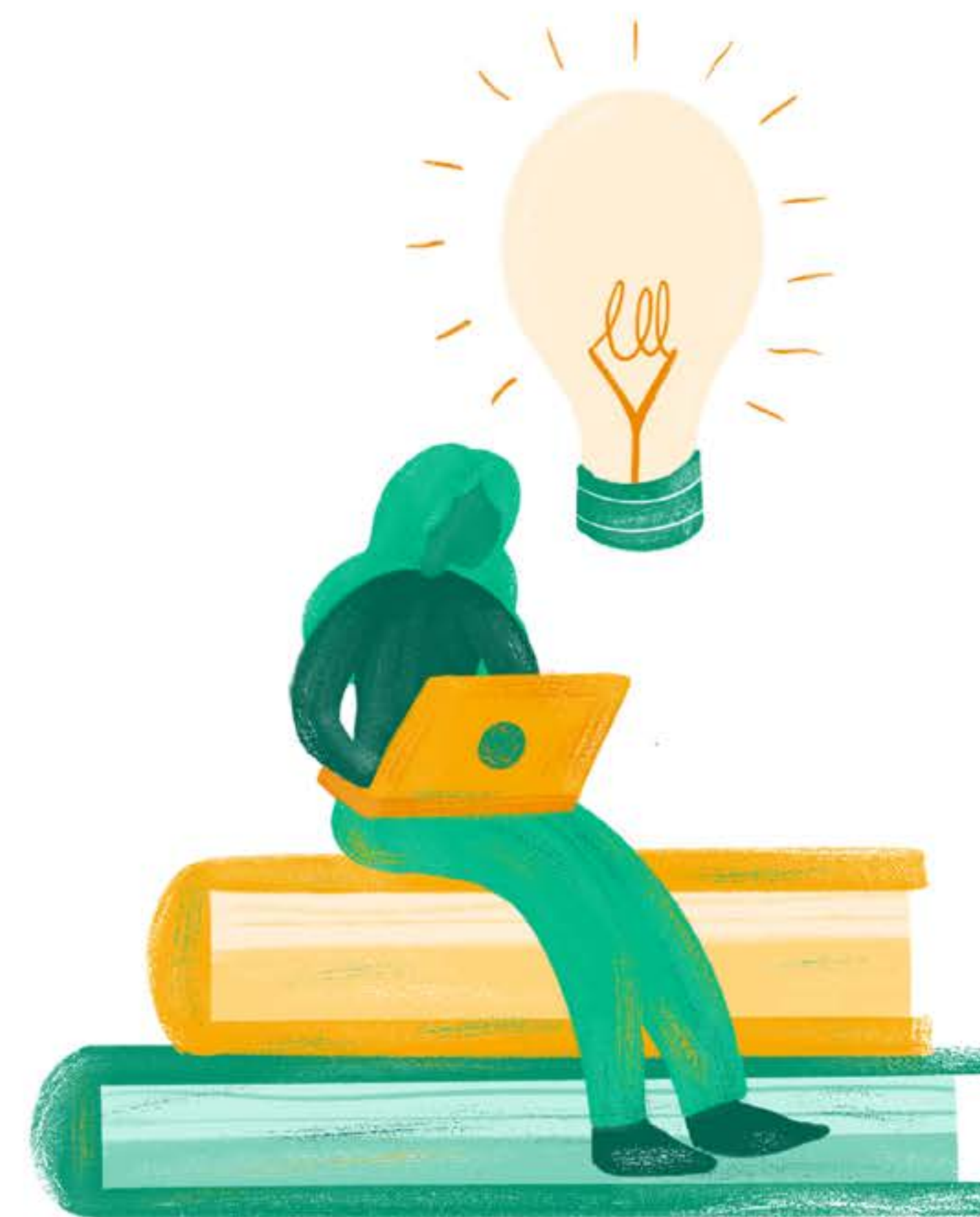


Imagem 3: Como transformar uma abordagem interseccional de gênero em regra



Implementar uma visão interseccional de gênero consome tempo e recursos. Nossas três diretrizes trazem uma compilação das experiências e boas práticas da ARTIGO 19 pelo mundo afora, o que pode ser útil para otimizarmos ao máximo o uso de nosso tempo e nossos recursos.

Transformar uma abordagem interseccional de gênero em regra traz seus desafios. Talvez uma das maiores dificuldades seja que isso é um processo contínuo de reflexão e desconstrução de privilégios e vieses. Durante nossa jornada, passaremos muito pelo processo de tentativa e erro. Errar faz parte, e precisaremos aceitar isso e aprender com nossos deslizes. Mas a persistência e a vontade de transformar – em vez de reproduzir – as estruturas desiguais de poder e os sistemas de discriminação e opressão devem ser sempre nosso objetivo. Lembre-se de sempre respeitar a confiança e privacidade das pessoas que tiverem compartilhado suas histórias.



O que é monitoramento e documentação com abordagem interseccional de gênero?

Jornalistas e comunicadoras enfrentam diferentes desafios a depender das circunstâncias e contextos nos quais estão inseridas. Além disso, a desigualdade de gênero existe ao mesmo tempo que outras formas de desigualdades interseccionais (consulte a [imagem 1](#)) e de outras situações que representam desafios diferentes e únicos. O monitoramento e a documentação a partir de uma abordagem interseccional e de gênero destrincham essas formas estruturais que formatam a experiência dessas pessoas e os fatores de risco que elas enfrentam.

O monitoramento e a documentação com abordagem interseccional e de gênero devem se concentrar em:

- Compreender o contexto e o ambiente no qual jornalistas ou comunicadoras (principalmente as mulheres, em toda sua diversidade) realizam seu trabalho – mais especificamente, tentando destacar os sistemas de discriminação e opressão que estão por trás de um ataque;
- Compreender se o ataque é relacionado a um contexto específico (por exemplo, a ausência de garantia para o exercício do jornalismo; criminosos específicos que possam estar envolvidos) ou se há estruturas/vieses de natureza jurídica ou social (como o patriarcado, o racismo, a homofobia⁴, o capacitismo, o etarismo etc.) que limitem jornalistas e comunicadoras já sujeitos a opressões interseccionais ao participar da esfera pública ou mesmo ao exercer a própria profissão;
- Dar visibilidade e questionar ataques que muitas vezes são bastante sutis – embora sejam sistêmicos, naturalizados e institucionalizados – e trabalhar de forma concreta para conseguir mudanças sociais, para que os direitos humanos das pessoas sejam respeitados e fomentados conforme toda essa diversidade;
- Destacar por que as jornalistas e comunicadoras são mais vulneráveis a ataques específicos, e como os impactos desses ataques mudam quando também há outras opressões interseccionais, identificando padrões de ataques que podem acabar ficando invisíveis sem esse processo; e
- Identificar qualquer falta de conhecimento e conscientização entre as vítimas/sobreviventes com relação ao letramento de mídia, digital, jurídico etc. sobreviventes em termos de alfabetización mediática, alfabetización digital, alfabetización jurídica, etc.

⁴Ao mencionarmos pessoas LGBTQI+ nas nossas diretrizes, estaremos falando das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans, travestis, queer e intersexo.

Arcabouço ético



Muitas das violações vivenciadas pelas jornalistas acontecem em espaços semiprivados (como a redação dos jornais), são cometidas por agentes não estatais (como colegas, informantes, públicos), são desencadeadas pelo tipo de jornalismo exercido (por exemplo, no caso de um jornalismo feminista ou sobre questões de gênero) e costumam ser de natureza sexual ou de gênero.

Realizar a documentação a partir de uma abordagem interseccional de gênero dos ataques realizados contra jornalistas e comunicadoras é algo extremamente delicado. Nas mãos das pessoas erradas, as informações coletadas poderiam representar um risco para a vítima/sobrevivente, a organização e sua equipe, ou qualquer processo derivado da documentação. Assim, é necessário fazer tudo isso com um cuidado extremo. Conseguir os detalhes do incidente e prestar atenção especificamente ao contexto desses acontecimentos é fundamental para criar registros precisos, além de ser uma ferramenta útil para nossa incidência. Ao realizar esse processo, outra coisa importante é respeitar e empoderar as pessoas envolvidas, assim como garantir sua segurança.

A primeira coisa necessária para fazer um monitoramento e uma documentação com abordagens interseccionais e de gênero é reconhecer que as mulheres, principalmente as que se encontram em situações de vulnerabilidade, estão imersas em uma cultura de silenciamento que desincentiva e pune quem denuncia abusos e ataques. No entanto, o registro desses incidentes também pode ser um processo de empoderamento – um ato de cura política, social e cultural – por meio do qual o silenciamento se transforma em uma voz. Esse processo demanda a realização do trabalho segundo um arcabouço de ética do cuidado, responsabilidade e responsabilização, sempre se lembrando do princípio de não fazer mal a ninguém. Será necessário considerar o seguinte:

- O relacionamento entre quem estiver fazendo a documentação e a pessoa que estiver sendo documentada deve ser sempre de respeito mútuo.
- As necessidades e interesses das vítimas/sobreviventes devem sempre ser priorizados. É possível que essas necessidades variem a depender do contexto, incluindo desde falar um

idioma específico até ter com quem deixar as crianças, ter tempo para conversar com a organização etc.

- O foco do processo deve ser o bem-estar, protagonismo, empoderamento, determinação e dignidade da vítima/sobrevivente. Devemos evitar uma lógica colonialista – na qual a vítima/sobrevivente é usada apenas para atender aos propósitos da organização.
- As pessoas que tiverem sofrido violências devem ter o protagonismo de se chamarem de vítimas, sobreviventes ou qualquer outro nome que preferirem. É importante respeitar isso ao identificar essa pessoa em mensagens internas e externas.
- Os objetivos da documentação devem estar claros para a vítima/sobrevivente e para qualquer outra pessoa entrevistada a respeito do incidente.
- A identidade e as circunstâncias da vítima/sobrevivente e das fontes de confirmação devem ser sempre respeitadas e protegidas.
- A segurança das informações coletadas deve ser garantida durante seu armazenamento e transmissão.
- O processo de documentação requer o consentimento pleno das pessoas entrevistadas (por exemplo, da vítima/sobrevivente, das fontes de confirmação etc.), e é necessário usar um formulário de consentimento para documentar isso.
- A vítima/sobrevivente deve protagonizar todo esse processo, incluindo qualquer tomada de decisão; as pessoas que fizerem a documentação serão responsáveis por ajudá-la a alcançar esse protagonismo.
- O bem-estar dos responsáveis pela documentação deve ser considerado e respeitado.

Cuidados coletivos e autocuidado para quem monitora e documenta os ataques

Ao fazerem monitoramento e documentação, é possível que as pessoas sejam expostas a situações emocionais muito pesadas, enfrentem riscos de segurança e lidem com uma grande carga de trabalho e outras demandas. Os perigos e o estresse cumulativo desse tipo de trabalho podem levar a uma gama de problemas psicossociais (como o esgotamento) e profissionais (como um desempenho ruim). Como o bem-estar de todas as pessoas envolvidas nas atividades de monitoramento e documentação faz parte de um arcabouço ético, interseccional e de gênero, o cuidado coletivo e o autocuidado da equipe devem ser priorizados.

Do ponto de vista corporativo, toda organização deve pensar em como ajudar seus colaboradores a gerenciar e evitar os impactos psicossociais desse trabalho – seja por causa do esgotamento ou do trauma secundário. Assim, as organizações devem desenvolver políticas institucionais abrangentes, de fácil compreensão e por escrito, que mencionem e enderecem as questões relacionadas à saúde emocional e mental de sua equipe.

As organizações e seus colaboradores devem considerar as seguintes estratégias de cuidado coletivo e autocuidado:

- Disponibilizar recursos e mecanismos de cuidado coletivo e autocuidado, incentivando a equipe a utilizá-los.
- Criar e manter um compromisso de praticar técnicas frequentes de gestão do estresse e da ansiedade, como:
 - Garantir que a equipe não esteja trabalhando demais e ganhando de menos, o que cria uma fonte estrutural de estresse e falta de cuidado;
 - Criar momentos de pausa ao longo do dia para relaxar e acalmar o cérebro (por exemplo, com exercícios de respiração, meditação e ioga);

- Encontrar espaços para atividades que gastem energia, o que dá à cabeça outra coisa na qual pensar (por meio de esportes em grupo ou exercícios na academia, por exemplo);
 - Institucionalizar as sessões de recapitulação como uma prática regular, nas quais incentiva-se que a equipe fale com os colegas sobre os aspectos emocionais desafiadores do trabalho de documentação;
 - Considere a possibilidade de definir um ponto de contato da equipe que possa estar disponível para conversar – mesmo sem essa pessoa ser uma profissional da área – para que os outros saibam a quem recorrer; e
 - Disponibilize um apoio psicossocial especializado
- Desenvolva mais conscientização sobre como reagir ao estresse organizando cursos frequentes de gestão do estresse para ensinar estratégias de enfrentamento, ajudar a identificar situações que possam ser gatilhos e informar a equipe sobre os mecanismos de apoio que existem dentro da organização.
 - Adote políticas que reconheçam:
 - O direito a estarmos desconectados (sem recebermos ou respondermos mensagens ou e-mails em determinados momentos);
 - A obrigação de realizar pausas obrigatórias imediatamente após a documentação de um caso grave, assim como de fazer a redistribuição da carga de trabalho da pessoa que estiver de licença (na medida do possível), o que ajuda a mitigar o acúmulo de trabalho para quem precisa aliviar a carga emocional gerada pela documentação; e
 - O direito de tirar um tempo sabático.



Fases do monitoramento e da documentação

Nesta seção, veremos as várias fases usadas para monitorar e documentar os ataques realizados contra jornalistas e comunicadoras usando uma abordagem interseccional de gênero.

Com base na experiência que a ARTIGO 19 tem nas atividades de monitoramento e documentação, assim como em boas práticas e reflexões sobre uma abordagem interseccional de gênero, a [imagem 4](#) traz alguns passos e recomendações que podem ser ajustados para a realidade de cada contexto.

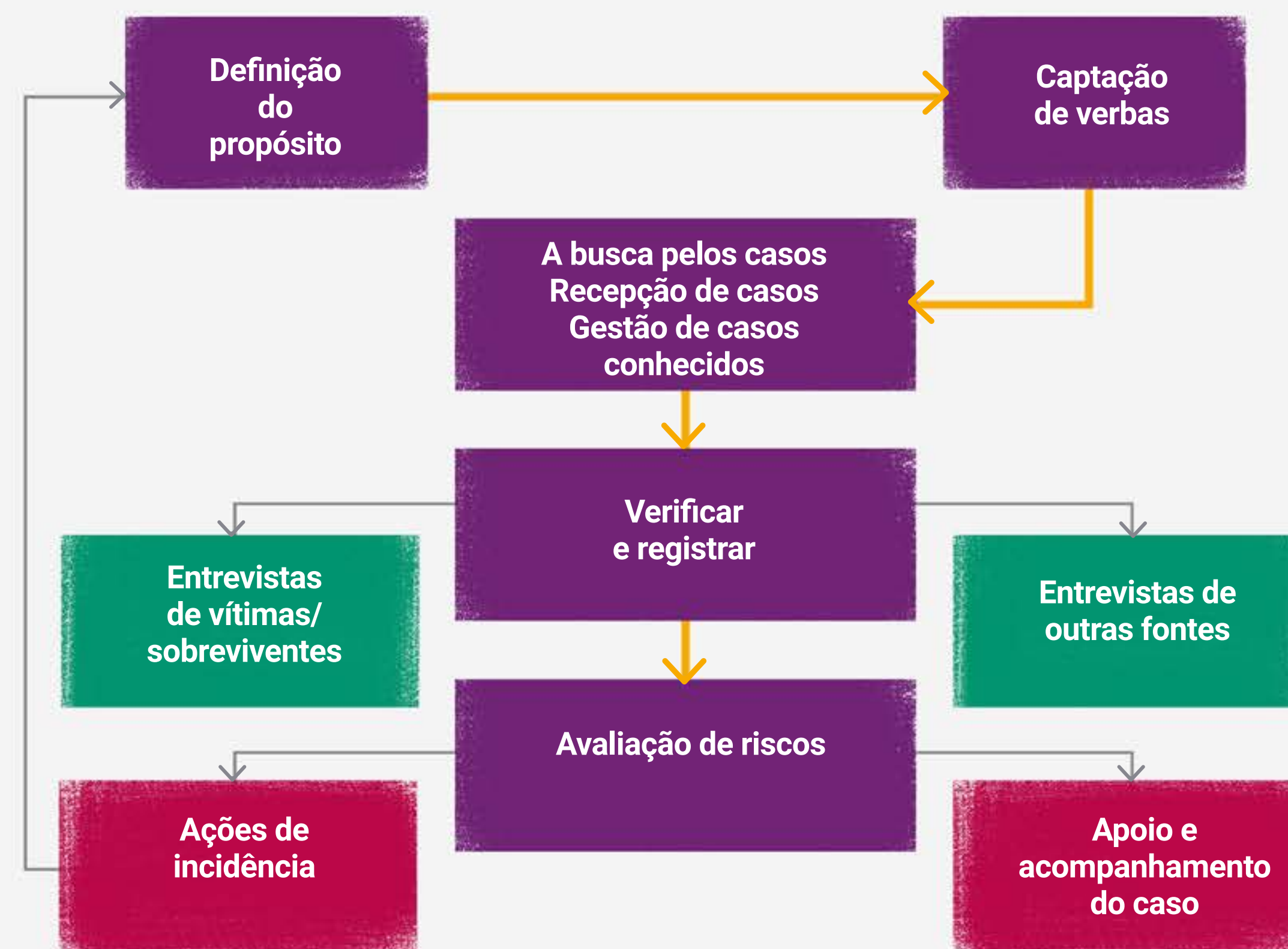


Imagem 4: Fases do monitoramento e da documentação

Definição do propósito

É essencial definir o propósito do monitoramento e da documentação. Também é possível que precisemos de mudanças ao avaliarmos o propósito ao longo do tempo, a depender de como as circunstâncias e o contexto do incidente forem mudando.

O propósito deve ser combinado e aprovado por todas as pessoas envolvidas, sem importar se as informações estão sendo documentadas para monitorar violações do direito à liberdade de expressão, para estabelecer a melhor estratégia de apoio ou incidência, ou para gerenciar as expectativas dos indivíduos cujas experiências estamos documentando.

Saber o objetivo com clareza também pode ajudar a identificar o tipo de informação que precisa ser coletada, o que reduz os riscos de segurança da informação e evita um excesso de solicitações de documentação. Para tanto, também é necessário desenvolver as políticas de proteção de dados e privacidade, assim como implementar medidas de segurança da informação (como criptografia e cópias criptografadas de backup). Após a análise dos dados, é essencial apagar qualquer informação que não seja relevante para o caso ou que possa trazer riscos à vítima/sobrevivente.

Procedimentos de proteção dos dados

- Todas as informações compiladas devem ser armazenadas de forma segura.
- Todos os dados pessoais coletados por meio da pesquisa (incluindo os nomes e as informações de contato das testemunhas/informantes) devem estar em conformidade com as leis de proteção de dados de cada país..
- O formulário de consentimento das pessoas entrevistadas também deve pedir permissão para o armazenamento dos dados.
- Os dados devem ser mantidos e usados apenas para os propósitos explicados aos participantes.

Verbas

Durante as atividades de monitoramento e documentação, as organizações são responsáveis pelo que acontece depois, porque não basta simplesmente compilar as informações e deixar para lá as necessidades e experiências das pessoas. Precisamos questionar essa prática colonialista.

Uma vez que será necessário ativar vários mecanismos para levar o gênero e outras formas de desigualdades interseccionais em consideração nesse processo (consulte a [imagem 1](#)), as atividades de monitoramento e documentação demandam o investimento de tempo e recursos.

Embora o processo possa ser implementado em etapas, é importante considerar a verba desde o início. Também é necessário ter uma rede de profissionais e organizações de confiança que possam ajudar em uma emergência, ou para quem a equipe possa fazer encaminhamentos se necessário.

A busca pelos casos

Nem sempre é fácil procurar casos de ataques contra pessoas ou grupos em situações de vulnerabilidade. As mesmas condições que deram início ao ataque significam que as agressões são naturalizadas; as vítimas/sobreviventes têm medo de contar a própria história pensando nas consequências pessoais e profissionais disso; ou os ataques não são nem numerosos devido a sistemas perversivos de discriminação e opressão que evitam que as redações enviem essas pessoas para a cobertura de pautas específicas.

Por isso, é crucial prestar atenção ao que está acontecendo (ou o que pode vir a acontecer) e pensar de forma estratégica em como procurar esses casos. A [tabela 1](#) mostra os diferentes métodos usados pela ARTIGO 19 para encontrar casos que devam ser monitorados e documentados.

Monitoramento da mídia	Monitoramento da mídia em busca de quem costuma denunciar essas agressões. Recomendamos criar um banco de dados dos veículos de mídia (incluindo blogs e sites dos grupos da sociedade civil) para monitorá-los.
Fontes de terceiros	Uma pessoa que saiba sobre um caso acaba gerando o alerta.
Comentários entre as pessoas	Os integrantes da equipe ouvem sobre os casos durante eventos sociais, reuniões ou conversas com seus amigos e contatos de grupos com posicionamentos semelhantes de defesa dos direitos humanos.
Contato com a vítima	Em geral, as vítimas/sobreviventes entram em contato com a ARTIGO 19 porque conhecem seu trabalho ou pela indicação de um terceiro. Recomendamos ter várias formas seguras de comunicação.
Buscas proativas	Organização de oficinas e outras atividades para jornalistas. Organizar essas atividades em campo com participantes que tenham perfis específicos de interseccionalidade pode ser vital para identificar casos que possam passar batido ou que tenham sido historicamente negligenciados. Consulte a diretriz 3 desta série para ver mais detalhes.

Tabela 1: Métodos utilizados atualmente pela ARTIGO 19 para encontrar casos que devam ser monitorados e documentados

Planejamento da pesquisa

Antes de começar a coleta das informações de um caso/incidente selecionado (ou de um padrão de incidentes), é essencial planejar essa pesquisa. Pense em quais informações serão necessárias para confirmar os detalhes do caso/incidente: **Quem fez o que, para quem, quando, onde, como e por quê?**

Os tipos de informação podem incluir:

- **Depoimentos:** Relatos de pessoas que vivenciaram o incidente/caso na pele. Coletados durante entrevistas (descritas detalhadamente abaixo) ou por depoimentos escritos.
- **Informações documentais:** Materiais escritos e audiovisuais coletados das vítimas/

[ir para o índice](#)

sobreviventes, testemunhas, equipes jurídicas, equipes médicas, autoridades, pela internet, etc.

- **Detalhes/provas físicos:** Marcas em pessoas, edifícios ou paisagens que possam ser documentadas por meio de visitas, fotografias, vídeos ou anotações, caso seja seguro fazer isso.
- **Observação direta:** Observação presencial de eventos, como procedimentos nos tribunais ou protestos.
- **Informações históricas:** Embora não sirvam como uma comprovação da ocorrência de uma violação, isso pode oferecer um contexto útil. É possível coletar essas informações por meio de parceiros, ONGs, jornalistas, especialistas e relatos de confiança.

É provável que as **entrevistas** sejam um grande método de coleta de informações, então vamos falar sobre elas mais detalhadamente a seguir

Como entrevistar as vítimas/sobreviventes

O contato com as vítimas/sobreviventes

Ao entrar em contato com as vítimas/sobreviventes, fale de forma respeitosa quem você é, o que sua organização faz, os motivos do contato e a confidencialidade das informações compartilhadas. Esse é o momento perfeito para começar a equilibrar as expectativas dessa pessoa com relação ao processo de documentação: tente explicar o escopo do apoio que poderá ser oferecido, assim como do apoio que não estará disponível.

A seleção da pessoa responsável pela entrevista (ou documentação)

Avalie quem entrevistará a vítima/sobrevivente. Por exemplo, talvez seja estratégico colocar alguém de alto nível hierárquico, como alguém da diretoria executiva, para realizar a entrevista. Também é



As vítimas/sobreviventes devem se sentir no controle da entrevista, decidindo o que compartilhar e até que ponto.

uma boa prática conferir com a vítima/sobrevivente se há alguma preferência com relação ao gênero da pessoa que conduzirá a entrevista. Observe que, quando a vítima/sobrevivente é do sexo feminino ou passou por violência sexual, é provável que essa pessoa prefira discutir o caso com uma mulher. O tipo de agressão que será documentada (como a violência sexual) também pode ser um fator decisivo ao definir o gênero de quem conduzirá a entrevista. Seja quem for a pessoa escolhida para isso, confira se ela se sente à vontade com o caso e, de preferência, se tem experiência na documentação de agressões.

A entrevista

Há dois passos gerais usados para coletar os dados e conferir as informações após a identificação dos casos que serão documentados: a entrevista das vítimas/sobreviventes e a entrevista das outras fontes.

Como entrevistar as vítimas/sobreviventes

Conforme for possível, encontre um local seguro e confortável para entrevistar as vítimas/sobreviventes. Se possível, realize a entrevista de forma presencial, o que gerará uma atmosfera de mais confiança e criará uma chance melhor de identificar as necessidades da pessoa entrevistada. Leve em consideração os custos de transporte de grupos ou pessoas específicas, e considere a possibilidade de reembolsá-las por essas despesas se parecer necessário. Caso não seja possível realizar a entrevista presencialmente, faça questão de combinar um canal seguro de comunicação. Preste atenção em qualquer sinal de sofrimento transmitido pela voz, pelas ações ou pela narrativa da pessoa entrevistada.

No início da entrevista, confira se as pessoas entrevistadas estão à vontade. Isso inclui explicar como a confidencialidade funciona, de que forma as informações poderão ser usadas e como elas serão protegidas. É necessário conseguir o consentimento de qualquer participante em cada entrevista e antes de publicar qualquer informação sobre o caso. O consentimento informado acontece quando a pessoa concorda em participar de uma entrevista e aceita que as informações compartilhadas sejam usadas em relatórios, campanhas e iniciativas de incidência com base em uma compreensão plena do que isso significa e de quais são as possíveis consequências.

Seja transparente quanto ao tipo de pergunta que será feito para compreender o incidente e o contexto no qual ele aconteceu. Além disso, explique que algumas perguntas serão feitas para identificar possíveis fatores interseccionais de gênero que precisem ser levados em consideração para analisar o caso e fazer uma avaliação dos riscos:

Recomendações de perguntas interseccionais de gênero que podemos perguntar ao entrevistar vítimas/sobreviventes

O propósito dessas perguntas é coletar as informações de base necessárias sobre o caso. De forma geral, essas perguntas devem ser divididas em três grupos:

Contexto da agressão

Além das perguntas feitas para compreender o ataque (o que, quem, quando, onde, por que e como), faça perguntas que ajudem a compreender o contexto no qual tudo isso aconteceu. Há algum aspecto do ataque influenciado por um contexto que se relaciona à perspectiva de gênero ou interseccional? Caso o ataque não tenha sido motivado pelo gênero ou por outras características da pessoa, há alguma desigualdade interseccional que tem impacto na sua situação?

Contexto da vítima/sobrevivente

Esse conjunto de perguntas é essencial para determinar que desigualdades interseccionais podem ter influenciado a agressão. Para tanto, o primeiro passo é definir as formas das desigualdades interseccionais (consulte a [imagem 1](#)) no contexto cultural em questão para preparar o questionário. O segundo passo é lembrar que talvez seja incômodo responder perguntas pessoais de forma direta; para evitar isso, é melhor preparar perguntas indiretas. Por exemplo: perguntas sobre o tipo de contrato que alguém tem com a mídia (como CLT, freelancer, serviços autônomos ou nenhum tipo de vínculo) ou sobre onde a pessoa mora podem levantar informações importantes para compreender o status socioeconômico de alguém.

Os efeitos da agressão

O intuito dessas perguntas é documentar os tipos de efeitos que a agressão teve na vítima/sobrevivente e em seu círculo. Esses efeitos podem ser de diferentes naturezas: saúde física, saúde mental, impacto econômico etc. Leve em consideração que a saúde mental ainda é um tabu em algumas culturas, então talvez seja melhor sondar primeiro para sentir a receptividade a isso em cada situação.

Nunca force ninguém a conversar sobre nada que a pessoa não queira discutir. Tenha empatia e paciência, e garanta que a pessoa entrevistada se sinta empoderada para interromper a sessão a qualquer momento.



Nem todos os ataques contra as jornalistas contêm fatores de gênero só porque aconteceram com uma mulher. É provável que os impactos dos ataques sejam diferentes, mas que o próprio episódio não tenha sido motivado por nenhuma questão de gênero.

Nesse contexto, é necessário fazer uma distinção entre uma agressão realizada contra uma jornalista por causa de sua atuação profissional em que as características do ataque têm base em gênero (por exemplo, ameaças de estupro caso ela continue falando de um assunto) das agressões feitas contra uma jornalista que faça parte de um grupo populacional para o qual esteja chamando atenção (como no caso de problemas estruturais de acesso à justiça para jornalistas de determinadas raças).

A entrevista de outras fontes

Confirme as histórias compilando outras informações que as corroborem. Procure duas ou mais fontes que conheçam o caso. Essas fontes poderão incluir:

- Parentes ou alguém próximo à pessoa cuja experiência esteja sendo documentada. Entre em contato com essas pessoas primeiro se for impossível conseguir contato com a vítima/sobrevivente.
- Jornalistas, profissionais da comunicação, associações locais, organizações de direitos humanos ou sindicatos que conheçam o trabalho dessa pessoa, estejam a par do caso e trabalhem na região.
- Autoridades responsáveis por acompanhar o caso..

Lembre-se de avaliar a credibilidade e confiabilidade das fontes. Analise se essa pessoa tem algum motivo para dizer isso ou para exagerar na história, ou se ela espera tirar algum proveito disso, e assim por diante. Também é essencial observar e considerar a possibilidade de vieses conscientes e inconscientes a favor ou contra as vítimas/sobreviventes, e o alinhamento dessa fonte com os direitos humanos. Isso é importante principalmente nos casos de agressões interseccionais com base em gênero. É crucial explicar e compreender por que esse processo de validação é importante para a documentação.

Tome medidas ativas para evitar os vieses:

- Compile informações do máximo possível de fontes e de diferentes tipos de fontes.
- Evite que todas as fontes sejam do mesmo grupo ou compartilhem o mesmo ponto de vista.
- Procure fontes que possam ter uma perspectiva diferente.
- Esteja ciente de ideias concebidas ou preconceitos a respeito do que aconteceu e de certos grupos.



Devido ao aumento da hostilidade contra mulheres, tornaram-se corriqueiras as práticas de culpabilização da vítima pelas suas roupas, por não estar no ambiente doméstico etc.

Princípio de no revictimización

A revitimização é o fenômeno que ocorre quando alguma ação, omissão ou comportamento faz as pessoas vítimas/sobreviventes reviverem traumas ou experiências negativas que prejudiquem seu estado físico, mental ou psicológico, transformando-a em uma vítima novamente. Considerando nossa ânsia de conseguirmos detalhes nos depoimentos, é essencial estabelecer limites e promover condições que evitem e mitiguem esse risco. **Lembre que o bem-estar e a dignidade das pessoas são muito mais importantes que a necessidade da coleta de dados.**

- Discuta o questionário com a equipe de proteção antes de entrevistar a vítima/sobrevivente para identificar qualquer problema que demande uma abordagem diferente ou que precise de mais atenção. Ao investigar uma violência com base em gênero, consulte colegas experientes.
- Para cada pergunta, considere o possível impacto para a pessoa entrevistada e pense se essa informação é essencial. Nos casos delicados, considere a possibilidade de explicar à pessoa entrevistada por que está fazendo uma determinada pergunta.
- Compile o máximo possível de informações com antecedência. Ao entrevistar vítimas/sobreviventes pela primeira vez, compartilhe essas informações e peça que elas só acrescentem o que estiver faltando.
- Conduza a entrevista com respeito e empatia, principalmente quando pedir detalhes sobre violências com base em gênero. Faça questão de deixar claro às pessoas entrevistadas que elas podem interromper a conversa a qualquer momento e se recusar a responder qualquer pergunta, que não haverá nenhuma consequência se não responderem alguma pergunta ou

preferirem retirar seu consentimento a qualquer momento, e que elas estão no controle da entrevista e podem pedir um intervalo quando quiserem. Lembre-se de dizer às pessoas que a entrevista será realizada em absoluta confidencialidade.

- Evite ter que pedir às vítimas/sobreviventes para contarem sua história novamente após a primeira sessão. Com o consentimento da pessoa, considere a possibilidade de enviar a documentação (ou uma parte dela) às autoridades para evitar que seja necessário contar a história de novo.
- Garanta que uma equipe limitada esteja em contato com a vítima/sobrevivente e tente garantir ao máximo que esse ponto de contato não mude. Conforme falamos, quando a vítima/sobrevivente é do sexo feminino ou passou por violência sexual, é provável que prefira discutir o caso com uma mulher. Só convide outras pessoas para uma sessão com a vítima/sobrevivente quando for necessário e com o consentimento dela.
- Pergunte à pessoa entrevistada se ela prefere ser mencionada ou identificada pelos termos "vítima" ou "sobrevivente". Respeite essa escolha nas comunicações internas e externas sobre o caso. Explique que talvez seja necessário usar a palavra "vítima" no caso de um processo jurídico.
- Durante a entrevista, esteja ciente de possíveis diferenças culturais – como diferentes status e papéis de gênero, comportamentos inadequados etc. Além disso, prepare a entrevista para deixar a pessoa à vontade. Quem realizar a entrevista precisará garantir que haja tempo suficiente para a conversa, que tenha água disponível, que haja poucas ou nenhuma fonte de distração, e que a pessoa que conduzirá a entrevista consiga estar presente e pronta para uma escuta ativa.

Após a entrevista

Se um caso ganhar destaque público, será essencial manter um contato frequente com essa pessoa para o bem da campanha – relatando qualquer progresso, conferindo se houve qualquer mudança no caso ou nas circunstâncias, e confirmando se essa pessoa continua oferecendo seu consentimento. A pessoa precisa entender que pode retirar seu consentimento e entrar em contato com a organização a qualquer momento se tiver qualquer ressalva. Deve-se compartilhar as informações de contato do integrante certo da equipe, assim como um endereço de contato geral caso haja alguma mudança no time.

Como confirmar os casos de agressão

Uma etapa fundamental do monitoramento e da documentação é a confirmação dos casos de agressão. É crucial partir do princípio da boa fé, ou seja, acreditar e respeitar as pessoas cuja experiência esteja sendo documentada. Também é necessário confirmar outros dados para fazer a corroboração dos fatos. Esse processo deve ser estruturado internamente e precisa incluir o seguinte:

- Não parta de nenhum pressuposto.
- Compare todas as informações coletadas com uma variedade suficiente de fontes não conectadas.
- Procure qualquer falha ou contradição nos detalhes.
- Avalie a credibilidade e autenticidade das fontes mencionadas.
- Garanta que haja um equilíbrio na distribuição do gênero das fontes.

Também é útil explicar esse processo de confirmação logo no início, para a vítima/sobrevivente não sentir que estão desconfiando dela após o compartilhamento de uma informação.

Avaliação de riscos

É necessário realizar uma avaliação de riscos (consulte a [diretriz 2](#) para mais informações), o que significa que deve haver uma discussão estratégica sobre os riscos existentes para as pessoas cuja experiência está sendo documentada, assim como sobre os riscos existentes para a organização e para seus colaboradores. É essencial reavaliar as circunstâncias de cada pessoa em diferentes momentos e manter uma comunicação estreita com ela.

Recomendamos levar em consideração o efeito que o perfil dessa pessoa – incluindo as desigualdades interseccionais (consulte a [imagem 1](#)) às quais está sujeita – podem ter em sua segurança. Além disso, pense não apenas em como essa pessoa encara a si mesma, mas em como outras pessoas olham para ela.

Após a realização da avaliação de riscos, a organização poderá definir dois processos:

Ações de incidência

Qualquer plano de incidência, seja quais forem seus objetivos ou sua verba, demanda uma avaliação de riscos. Seja apenas para documentar o incidente e manter um registro do ataque ou para planejar ações públicas (como acionar as autoridades locais; denunciar o caso por meio de campanhas das redes sociais e da mídia; fazer uma ativação de mecanismos nacionais, regionais e internacionais de direitos humanos), avalie o impacto existente na segurança das pessoas, da organização e de seus colaboradores.

Lembre que o consentimento da vítima/sobrevivente é obrigatório para qualquer ação de incidência. **Lembre-se de manter as expectativas das pessoas sob controle.** Além disso, ao lidar com vítimas/sobreviventes – principalmente as afetadas pelo gênero e por outras formas de desigualdades interseccionais – é essencial tomar uma série de medidas adicionais detalhadas na [diretriz 2](#).

Suporte e acompanhamento

Procurar de forma proativa casos de ataques contra jornalistas e outros profissionais da comunicação pode aumentar a demanda por suporte e acompanhamento. No entanto, o que você poderá oferecer dependerá dos recursos disponíveis e de uma visão estratégica das coisas.

O primeiro passo é elucidar de que suporte as vítimas/sobreviventes precisam e que recursos (não só materiais, mas também profissionais) a organização tem à disposição, incluindo uma rede de suporte que talvez seja integrada por outros profissionais ou grupos. É necessário estabelecer parâmetros (quando, por que, onde) para manter uma comunicação fluida com relação ao suporte e acompanhamento que a organização oferecerá às vítimas/sobreviventes.

É possível oferecer vários tipos de suporte: jurídico, médico, psicossocial, de proteção da subsistência, de realocação etc. Também há outras formas coletivas de oferecer suporte, como disponibilizar espaços de encontro e reflexão (em oficinas, por exemplo) nos quais seja possível compartilhar experiências, formar redes de solidariedade, desenvolver as habilidades necessárias para a avaliação dos riscos e implementar medidas de segurança, assim como outras coisas. Para mais informações sobre como projetar espaços responsivos à interseccionalidade de gênero, consulte a [diretriz 3](#). Também é útil ter uma rede de organizações e pessoas que possam oferecer suporte quando a organização não conseguir fazer isso.



ARTICLE19

ARTIGO 19

T: +44 20 7324 2500

F: +44 20 7490 0566

E: info@article19.org

W: www.article19.org

Tw: [@article19org](https://twitter.com/article19org)

Fb: facebook.com/article19org